



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2016

LISBOA – 25 MARÇO – 2017

Voz do Operário

Índice:

Introdução.....	3
1. Processo Eleitoral Ordinário – Mandato 2016/2019.....	4
2. Implementação das Recomendações do Congresso Nacional.....	5
3. Candidaturas Programas e Projectos.....	6
4. Projectos plurianuais.....	7
5. Estudos e Publicações.....	10
6. Formação e qualificação dos Dirigentes Associativos.....	11
7. Estágios Curriculares e Profissionais.....	12
8. Comunicação, Informação, imagem e movimentos sociais.....	12
9. Representações Associativas.....	12
10. Dia Nacional das Colectividades.....	15
11. Galardões e distinções.....	15
12. Consultoria Jurídica e Contabilística.....	15
13. Valor do Trabalho Voluntário (VTV).....	16
14. Sustentabilidade Financeira.....	17
15. Relações institucionais.....	19
16. Relações Associativas internacionais	20
17. Distribuição da Actividade ao longo do ano	20
Nota Final	21

Introdução

Tal como previsto nos Estatutos, este Relatório de Actividades e Contas referente ao exercício do ano de 2016, vem prestar contas associativas da actividade da nossa Confederação em geral e da Direcção, enquanto órgão executivo, em particular.

O Plano de Actividades apresentado e votado no CN, apresentava uma estrutura que aqui se mantém para maior facilidade de comparação entre o previsto e o realizado. Optamos por este modelo de apresentação na certeza de, assim, contribuirmos para uma maior transparência do processo e poder constituir um exemplo a seguir pelas nossas filiadas e Estruturas Descentralizadas.

O ano de 2016 foi determinado pelo facto de ter havido eleições (9 Abril 2016) e o primeiro trimestre ainda ter sido executado pelos anteriores órgãos sociais. Não se tratou de uma cisão ou ruptura funcional mas notou-se a mudança. Os novos dirigentes tiveram um tempo próprio para adaptação, tendo havido mesmo um caso em que não foi possível assumir em pleno as funções o que levou à sua substituição.

Procurou-se levar a cabo todas as iniciativas que se encontravam inscritas em PAO mas nalguns casos não foi possível. As dificuldades próprias de indisponibilidade de tempo, as dificuldades impostas pelo ritmo de novas questões e desafios, a falta de cooperação de algumas Estruturas Descentralizadas, os constrangimentos impostos de fora à nossa Confederação e ao Associativismo, impediram que tivéssemos realizado todo o PAO que estava previsto. Noutros aspectos, fomos mais longe do que estava previsto.

Tendo sido um ano com algumas dificuldades, podemos no entanto afirmar que demos resposta a todas questões essenciais colocadas pelas nossas filiadas e pelo movimento associativo em que nos inserimos.

O balanço que segue, não esgota toda a actividade desenvolvida, tendo-se realizado mais de 410 reuniões ou acções directivas, com participação directa dos membros da Direcção, para além de representações associativas junto das filiadas, ou iniciativas próprias de cada Projecto. Procura-se assim, dar uma ideia o mais abrangente possível da actividade associativa da nossa Confederação.

No que às Contas diz respeito, mantivemos uma atenção permanente e rigorosa quer no que diz respeito às receitas, quer às despesas. O controlo semanal da Posição Financeira, a Previsão Trimestral Antecipada de receitas e despesas e o Controlo Orçamental Trimestral, por parte da Direcção, ajudaram ao equilíbrio financeiro da instituição. O saldo do exercício foi positivo.

O pessoal afecto à Confederação, demonstrou mais uma vez estar à altura da instituição e dos níveis de exigência que hoje se colocam.

1. Processo Eleitoral Ordinário – Mandato 2016/2019

A Composição da Lista e Programa de Acção, tiveram início ainda em 2015 mas a fase decisiva foi em 2016. A preparação do processo administrativo de forma a cumprir os preceitos estatutários e os contactos com os dirigentes que saíram e os que entraram constituíram uma tarefa da maior importância para que no primeiro caso não ficassem situações mal resolvidas e, no segundo caso, para que o assumir de uma nova função não constituísse uma surpresa.

Houve ainda a análise aos Estatutos de forma a verificar se havia necessidade de realizar alterações estatutárias. O Grupo de Trabalho constituído para o efeito, concluiu que não seria necessário alterar os Estatutos mas apenas o Regulamento Geral Interno, sendo reforçado com uma Resolução Associativa em Congresso.

Quanto à Estruturação Associativa Nacional, mantiveram-se os objectivos de reforçar a cooperação com as Estruturas Descentralizadas existentes e apoiar a constituição de novas estruturas o que foi alcançado com a decisão das nossas filiadas de Alenquer e Setúbal, ao constituírem Associações Concelhias, estando ambas na fase final de instalação.

Foi estabelecido um programa provisório para a realização do Congresso do Movimento Associativo na Região Autónoma da Madeira com o empenhamento activo do nosso Conselheiro Nacional na região. Este Congresso que em princípio terá o apoio do Governo Regional e Câmara Municipal do Funchal, terá lugar em 2017.

Foram realizadas reuniões com as Federações Distritais, Associações Concelhias e membros dos órgãos sociais da Confederação no Porto (região Norte) e em Lisboa (distritos de Santarém, Lisboa e Setúbal).

A situação das instalações da Sede Nacional, os contactos e negociações com a Câmara Municipal de Lisboa e a procura de soluções alternativas, foi uma das condicionantes da nossa actividade em 2016, pela instabilidade que gerou. Só no final do ano (16 Dezembro) foi possível reunir com o Presidente da CML em que ficaram estabelecidos os princípios de comodato futuro. Nesta reunião foram colocadas todas as necessidades da nossa Confederação e que se resumem nas instalações para funcionamento, Centro Nacional de Documentação Associativa – interpretação e investigação; Museu Nacional do Associativismo Popular.

Foi constituído um Grupo de Acompanhamento à Sede Nacional composto por Dirigentes dos vários Órgãos Sociais, que participou activamente nas negociações.

2. Implementação das Recomendações do Congresso Nacional

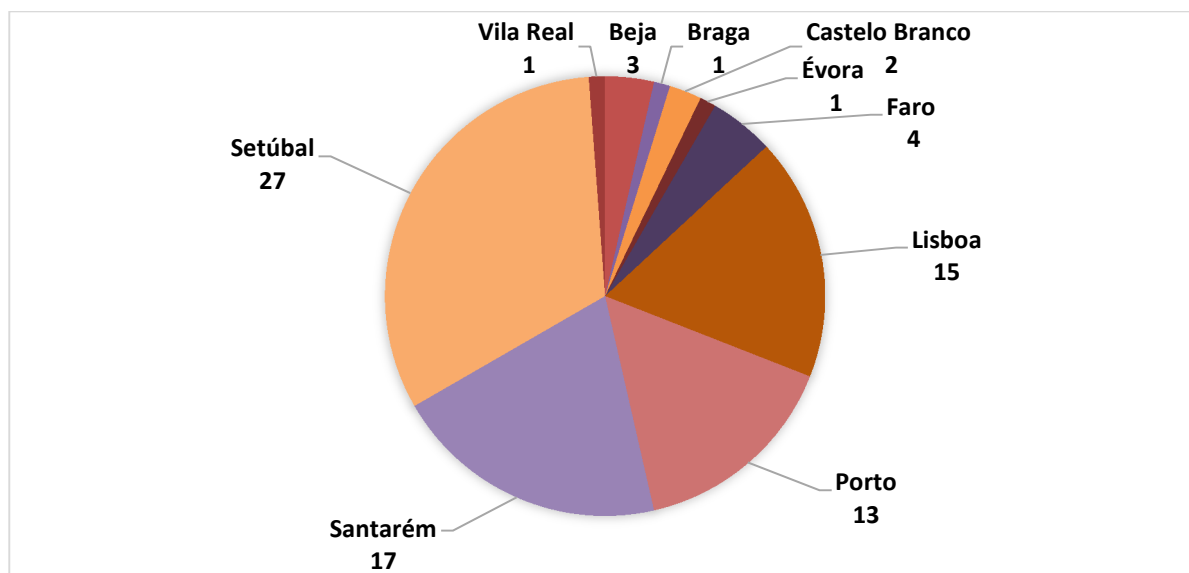
A Constituição do CNAP como observatório do Associativismo, constava do PAO e foi um dos objectivos plenamente atingidos. Após algumas reuniões da Comissão Organizadora do Congresso Nacional de 2015, ao longo do ano 2016, foi consensual passarmos à constituição do CNAP, enquanto plataforma de cooperação associativa. A apresentação desta nova estrutura nacional informal foi apresentada publicamente a 15 de Setembro na Casa do Alentejo com a presença e intervenção de todas as entidades. Após essa apresentação aderiram as Federações de Jogos Tradicionais e do Voluntariado em Saúde, sendo hoje composta por 11 entidades.

Neste dia foi ainda apresentado o Livro do Congresso que a partir desse dia ficou disponível para todos os Dirigentes Nacionais, Estruturas Descentralizadas e filiadas, Foi ainda enviado a todas as entidades com quem temos Protocolos de Cooperação ou relações institucionais.

Os contactos institucionais – divulgação das Recomendações Estratégicas foi um dos objectivos igualmente atingidos. Reuniu-se com todos os Grupos Parlamentares da AR, Secretaria de Estado da Cultura e ainda no CNES e CND por via da nossa representação.

Quanto à Campanha Nacional de filiação, não foi feita nenhuma iniciativa especial pelo que as filiadas de 2016 foram resultado da acção de rotina, apelos e convites dos dirigentes nacionais e de algumas Estruturas como mostra o quadro abaixo.

Distribuição de Novas Filiadas (Total de 84)



Quanto à Plataforma Associativa – Central de Compras, não foi nada feito, tendo-se considerado que a Plataforma MAP que está a ser construída no âmbito da Capacitação-POISE poderá incluir esta valência.

O Programa de simplificação externa – Balcão Único, foi objecto de apresentação a várias Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais com quem temos Protocolo, não havendo ainda retorno se já estão instalados. Esta é uma das áreas em que as Estruturas Descentralizadas deveriam intervir activamente uma vez que estão mais próximos destes órgãos autárquicos

O Programa Nacional de Emprego Associativo (6+18) MTSS, foi discutido com o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, tendo ficado em aberta a possibilidade de ser inserido em projectos/candidaturas que serão disponibilizadas em 2017. A nossa proposta apontava para a criação/regularização mínima de 5.000 postos de trabalho em 2017.

Foram ainda apresentadas 3 propostas de alteração ao OE – Orçamento de Estado em nome do CNAP, tendo a Confederação assumido a iniciativa junto deste e dos Grupos Parlamentares na AR.

3. Candidaturas Programas e Projectos

A Capacitação das Organizações com representação no CNES, no âmbito do POISE, teve o seu arranque definitivo em 2016. Por constrangimentos do POISE, só em 2016 podemos dar início aos procedimentos técnicos e administrativos, uma vez que, tendo em conta o volume de verbas e a natureza do projecto, tal obriga ao regime de contratação pública.

Cumprindo todos os requisitos (convite, constituição de Júri, recepção e avaliação das propostas, decisão do Júri e da Direcção) foram contratadas as empresas de prestação de serviços, os Técnicos e Administrativos afectos ao projecto. Foi aberta uma conta bancária dedicada e reforçada com meios financeiros da Confederação de forma a poder acompanhar o adiantamento efectuado pelo POISE.

A Direcção da Confederação – criou uma Unidade de Missão Central, composta por 3 Dirigentes e uma Gestora. Deu-se início à Constituição dos 3 Gabinetes descentralizados (Norte/Porto; Centro/Santarém; Sul/Lisboa), sendo estes compostos por membros da Direcção, membros do CN e das Estruturas. Como apoio administrativo. Cada Gabinete está instalado em entidades associativas através de contractos de cedência de espaço e tem uma Funcionária a tempo parcial.

O desenvolvimento do projecto, assente essencialmente nos 3 Gabinetes, teve já várias sessões de trabalho onde foram feitos o levantamento das necessidades de formação e de resposta à estrutura e funcionamento da Plataforma MAP que será a principal ferramenta de futuro. A inscrição de cada membro dos órgãos sociais da Confederação e dos Presidentes das Estruturas, sendo os elementos abrangidos por este projecto, está aquém do esperado. Estamos a cerca de 65% do volume de interessados registados.

O Projecto “Salvuarda dos arquivos – Associações de Cultura, Recreio e Desporto”, teve desenvolvimento, tendo havido vários dirigentes nacionais e assessores da Direcção que acompanharam e aconselharam a DGALB-Torre do Tombo no que respeita ao diagnóstico e às medidas necessárias para o futuro, tendo participado em várias sessões de trabalho nas instalações da Torre do Tombo.

O Programa Escolhas 6ª Geração e o Programa Erasmus + foram apresentados mas não tiveram apoio por parte das entidades a que nos candidatamos. Irão ser reformulados e apresentados em nova oportunidade.

4. Projectos plurianuais

O conceito da nossa Confederação sobre o Desporto para Todos manteve-se, ou seja, inclui a Caminhada – Secções de Marcha para a Saúde e os Jogos Tradicionais. No entanto, a visão do IPDJ é diferente. Atribui a exclusividade da Marcha à Federação Portuguesa de Atletismo, o que em nosso entender é errado e já manifestámos esta opinião ao próprio Secretário de Estado que visitou a nossa Confederação.

No âmbito dos Jogos Tradicionais, apontávamos vários objectivos que foram atingidos plenamente. Implementação da FPJT; concretização do Contrato Programa com o IPDJ; cooperação com a CPLP; internacionalização do JTs.

Quanto à implementação da FPJT, contribuímos para a eleição dos Órgãos Sociais, tendo indicado o Vogal da Direcção e o Membro para o Conselho Técnico. Foi assim dado início à actividade em cooperação com a Confederação.

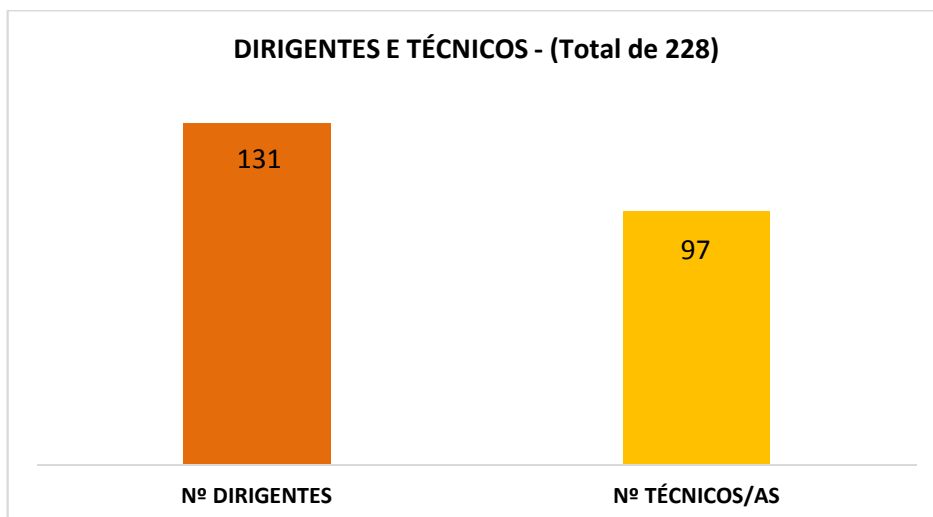
Quanto ao Contrato Programa com o IPDJ, foi amplamente atingido, tendo chegado aos 120.000 participantes em cerca de 400 iniciativas. De destacar que se passou à fase superior de participação das filiadas para além da Estruturas. A rede alargou-se e ficou provado o potencial deste projecto que este ano completa 15 anos de vida na nossa Confederação. Realizaram-se ainda 2 acções de Formação para Monitores de Jogos Tradicionais: em Abrantes em co-organização com a Federação de Santarém e em Lisboa em co-organização com o Corpo Nacional de Escutas. Em parceria com a APCAS, foi ainda publicado um livro (2.500Exemplares) de Jogos Tradicionais adaptados para pessoas com necessidades especiais.

Iniciativas a nível nacional por regiões

ENTIDADE	DISTRITO	CONCELHO	Nº ACÇÕES	Nº PART. GERAIS
G.FOL. DE ESGUEIRA	AVEIRO	AVEIRO	2	305
ACRAP/ESTARREJA	AVEIRO	ESTARREJA	15	769
ASSC.CARPE DIEM NA ALDEIA	BEJA	BEJA	8	54
ASSC.REC.CULT ARCOZELO	BRAGA	BARCELOS	4	136
FUTEBOL BIAS	FARO	OLHÃO	1	30
AJT GUARDA	GUARDA	GUARDA	1	2800
CENTRO CORISCADA	GUARDA	MÊDA	1	20
FC DISTRITO DE LISBOA	LISBOA	ALENQUER	2	500
FCD LISBOA/ACC LISBOA	LISBOA	LISBOA	15	4350
FCD LISBOA/FCD SETÚBAL	LISBOA	LISBOA	1	800
G.DESP.CASTELO	LISBOA	LISBOA	2	137
ASSOC.MOR. Bº S.FRANCISCO	LISBOA	LOURES	1	30
FCD LISBOA	LISBOA	LOURES	2	520
FCD LISBOA/ACC LOURES	LISBOA	LOURES	1	100
FCD LISBOA/ACC LISBOA	LISBOA	ODIVELAS	2	500
FC DISTRITO LISBOA	LISBOA	SINTRA	1	80
ASSC.DE SILVEIRINHOS	PORTO	GONDOMAR	3	3000
ACC PORTO	PORTO	PORTO	2	550
CLUBE MALHA V.N. GAIA	PORTO	V.NOVA GAIA	4	50
ACC VALONGO	PORTO	VALONGO	51	6290
"OS CAMPONESES" VALE DAS MÓS	SANTARÉM	ABRANTES	1	27
FCD SANTARÉM	SANTARÉM	SANTARÉM	22	3198
ACC ALMADA	SETÚBAL	ALMADA	40	4365
ASSOC.CUL.REC.CONC.ESTARREJA E MURTOSA	SETÚBAL	ALMADA	1	150
CLUBE CAMP.CONC. DE ALMADA	SETÚBAL	ALMADA	2	184
ACC BARREIRO	SETÚBAL	BARREIRO	10	419
NUCLEO DOS NAT.AMIGOS VILA DE CABEÇO DE VIDE	SETÚBAL	SEIXAL	4	926
ACC SEIXAL	SETÚBAL	SEIXAL	1	1300
CLUBE REC.CRUZ DE PAU	SETÚBAL	SEIXAL	1	126
GRUPO DESP.UNIDOS DO ARCO	SETÚBAL	SEIXAL	16	204
FCD SETÚBAL	SETÚBAL	SETÚBAL	93	49300
TOTAIS			310	81220

Participantes nos vários eixos

ENTIDADE	DISTRITO	CONCELHO	Nº ACÇÕES	PART. GERAIS	JT ADAPT.	ESCOLA ITINER.	EXP. ITEN	Nº TOTAL DOS EIXOS PART.
G.FOL.DE ESGUEIRA	AVEIRO	AVEIRO	2	305				305
ACRAP/ESTARREJA	AVEIRO	ESTARREJA	15	769		597		1366
ASSC.CARPE DIEM NA ALDEIA	BEJA	BEJA	8	54		138		192
ASSC.REC.CULT ARCOZELO	BRAGA	BARCELOS	4	136				136
SERTÃ	CASTELO BRANCO	SERTÃ					X	
VILA DE REI	CASTELO BRANCO	VILA DE REI					X	
FUTEBOL BIAS	FARO	OLHÃO	1	30				30
AJT GUARDA	GUARDA	GUARDA	1	2800				2800
CENTRO CORISCADA	GUARDA	MÊDA	1	20				20
ACA MARINHA GRANDE	LEIRIA	MARINHA GRANDE	1			750		750
FC DISTRITO DE LISBOA	LISBOA	ALENQUER	2	500				500
FCD LISBOA/ACC LISBOA	LISBOA	CASCAIS	1		120			120
ACC LISBOA	LISBOA	LISBOA	1			100		100
CNE	LISBOA	LISBOA	1			1200		1200
FCD LISBOA/ACC LISBOA	LISBOA	LISBOA	15	4350	1200			5550
FCD LISBOA/FCD SETÚBAL	LISBOA	LISBOA	1	800				800
G.DESP.CASTELO	LISBOA	LISBOA	2	137				137
VOZ OPERÁRIO	LISBOA	LISBOA	2			224		224
ASSOC.MOR. Bº S.FRANCISCO	LISBOA	LOURES	1	30				30
FCD LISBOA	LISBOA	LOURES	2	520		320		840
FCD LISBOA/ACC LOURES	LISBOA	LOURES	1	100				100
FCD LISBOA/ACC LISBOA	LISBOA	ODIVELAS	2	500				500
FC DISTRITO LISBOA	LISBOA	SINTRA	1	80				80
ASSC.DE SILVEIRINHOS	PORTO	GONDOMAR	3	3000		4000		7000
MARCO DE CANAVESES	MARCO CANAVESES	MARCO CANAVESES					X	
ACC PORTO	PORTO	PORTO	2	550				550
CLUBE MALHA V.N. GAIA	PORTO	V.NOVA GAIA	4	50				50
ACC VALONGO	PORTO	VALONGO	51	6290	40	4070		10400
ABRANTES	SANTARÉM	ABRANTES					X	
ALCANENA	SANTARÉM	ALCANENA					X	
CONSTÂNCIA	SANTARÉM	CONSTÂNCIA					X	
ENTRONCAMENTO	SANTARÉM	ENTRONCAMENTO					X	
FERREIRA DO ZÊZERE	SANTARÉM	FERREIRA DO ZÊZERE					X	
MAÇÃO	SANTARÉM	MAÇÃO					X	
OURÉM	SANTARÉM	OURÉM					X	
SARDOAL	SANTARÉM	SARDOAL					X	
TOMAR	SANTARÉM	TOMAR					X	
TORRES NOVAS	SANTARÉM	TORRES NOVAS					X	
VILA NOVA DA BARQUINHA	SANTARÉM	V. N. DA BARQUINHA					X	
"OS CAMPONESES" VALE DAS MÓS	SANTARÉM	ABRANTES	1	27				27
" OS QUATRO CANTOS DO CISNE"	SANTARÉM	CONSTÂNCIA	10			520		520
FCD SANTARÉM	SANTARÉM	SANTARÉM	22	3198		2731		5929
ACC ALMADA	SETÚBAL	ALMADA	40	4365	109	11143		15617
ASSOC.CUL.REC.CONC.EST. E MURTOSA	SETÚBAL	ALMADA	1	150				150
CLUBE CAMP.CONC. DE ALMADA	SETÚBAL	ALMADA	2	184				184
ACC BARREIRO	SETÚBAL	BARREIRO	10	419		765		1184
NÚCLEO DOS NAT.AMIGOS V. CABEÇO VIDE	SETÚBAL	SEIXAL	4	926				926
ACC SEIXAL	SETÚBAL	SEIXAL	1	1300				1300
CLUBE REC.CRUIZ DE PAU	SETÚBAL	SEIXAL	1	126				126
GRUPO DESP.UNIDOS DO ARCO	SETÚBAL	SEIXAL	16	204				204
FCD SETÚBAL	SETÚBAL	SETÚBAL	93	49300		4800		54100
TOTAIS			326	81220	1469	31358	+6000	120047



Demos o nosso apoio ao desenvolvimento de “Setúbal – Cidade Europeia do Desporto 2016, desde a sua abertura até ao encerramento. Apoiámos a candidatura e disponibilizámos através da Associação Concelhia de Valongo apoio a “Gondomar- Cidade Europeia do Desporto 2017”. Apoiámos com a Carta de Conforto e propostas desportivas a candidatura de “Almada- Cidade Europeia do Desporto 2018”.

Mantiveram-se e estreitaram-se os contactos com a CPLP – Comissão dos Assuntos Culturais, tendo sido convencionado que a Confederação será a consultora desta instituição para a área dos Jogos Tradicionais. Resultado do êxito atingido em 2016 com a mostra de Jogos Tradicionais, foi estabelecido que em 2017 se desenvolveriam dois projectos: Comemoração do Dia Internacional da Criança da CPLP; Recolha de Jogos Tradicionais da CPLP para a edição de um livro com jogos de todos os 9 países da CPLP.

Quanto às relações internacionais, foi realizada uma iniciativa no âmbito da TAFISA, em Setúbal, inserida na “Setúbal – Cidade Europeia do Desporto”, que contou com mais de 800 participantes, e fomos convidados pelo IPDJ para constituir uma Delegação para representar Portugal nos Jogos Mundiais em Jacarta (Outubro 2016), onde recebemos o testemunho para que em Portugal se realizem os Jogos Mundiais 2020. Estivemos representados por 8 elementos a que se juntou 2 elementos do IPDJ.

5. Estudos e Publicações

Quanto a Estudos e Publicações, o ano 2016 foi bastante profícuo. Começamos o ano com a apresentação da nossa Revista Análise Associativa nº 2 (12 Março). Em cooperação com a Federação das Colectividades do Distrito de Setúbal, apresentámos o livro “As Bandas Filarmónicas no Distrito de Setúbal” (7 Maio) da autoria de Pedro Marquês de Sousa. Esta obra foi apoiada financeiramente pela Secretaria de Estado da Cultura, Câmara Municipal de Setúbal e SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento SA.

Apresentámos o Livro do Congresso (15 Setembro), o livro de autoria do Sérgio Pratas “Um outro olhar sobre o associativismo” (04 Novembro), a Revista Análise Associativa nº 3 (10 Dezembro) e ainda o Livro de Jogos Tradicionais Adaptados em cooperação com a APCAS. Em todos os casos a recepção foi muito positiva, as sessões de apresentação muito participadas e os conteúdos muito elogiados. De realçar que, à excepção do Livro dos Jogos Tradicionais adaptados que contou com o apoio do IPDJ, as restantes cinco publicações tiveram o apoio integral da Fundação Montepio.

No ano 2016, foram efectuadas as últimas apresentações públicas a crianças e jovens do Livro “A brincar vamos associar”, tendo-se confirmado o enorme êxito desta iniciativa que contou com o apoio integral da Fundação Montepio. A participação dos colegas Dirigentes um pouco por todo o país, veio confirmar a justeza da decisão que este livro deveria ser apresentado por dirigentes associativos.

Foi encerrado, quer quanto a acções, quer em termos de relatório final e contas, o Projecto “Coolabora” da Covilhã, que visou a sensibilização para as relações de género. No que respeita ao projecto EMA-Rotas do Associativismo, não teve desenvolvimento por dificuldades dos Dirigentes.



6. Formação e qualificação dos Dirigentes Associativos

Foi desenvolvido o Plano de Formação de Formadores alargado às Estruturas, tendo-se realizado uma acção de formação de Formadores em Lisboa para Santarém, Lisboa e Setúbal e outra no Porto para a região Norte. Com estas 2 acções passamos de 7 para 34 Formadores. Ficaram de fazer as escolhas quanto às áreas/módulos que pretendia ministrar e adaptar os conteúdos dos módulos pré-existentes e fornecidos. A sua acção vai iniciar e notar-se no ano de 2017.

O Plano de Formação em parceria com autarquias consolidou-se e aumentou, tendo-se atingido o limite superior da capacidade instalada da Confederação. No ano de 2016, desenvolvemos Formação com 8 Câmaras Municipais e 1 Junta de Freguesia num total de 10.935 horas (volume global). O total de Protocolos assinados e em vigor são 20.

Prosseguimos as relações e o plano de qualificação com o Ensino Superior, tendo cooperado com o ISCSP e com a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social na Pós-graduação em Economia Social, indicando dois Dirigentes que frequentam aquela qualificação sem custos.

7. Estágios Curriculares e Profissionais

No ano de 2016 acolhemos novamente estagiários/as da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (2x440h) e da Escola Profissional de Comunicação e Imagem (1x300h). Esta é, a nosso ver, uma boa prática que devemos continuar a estimular.

No âmbito do protocolo celebrado com o Instituto Bento Jesus Caraça desenvolvemos um seminário formativo sobre a área da Saúde e Segurança no Trabalho, cujo público-alvo estava configurado nos Dirigentes da CPCCRD e das Estruturas alargado a trabalhadores. Contámos com 3 Dirigentes e 7 trabalhadoras numa acção que teve a duração de 3 horas e que consubstancia um volume formativo de 30 horas.

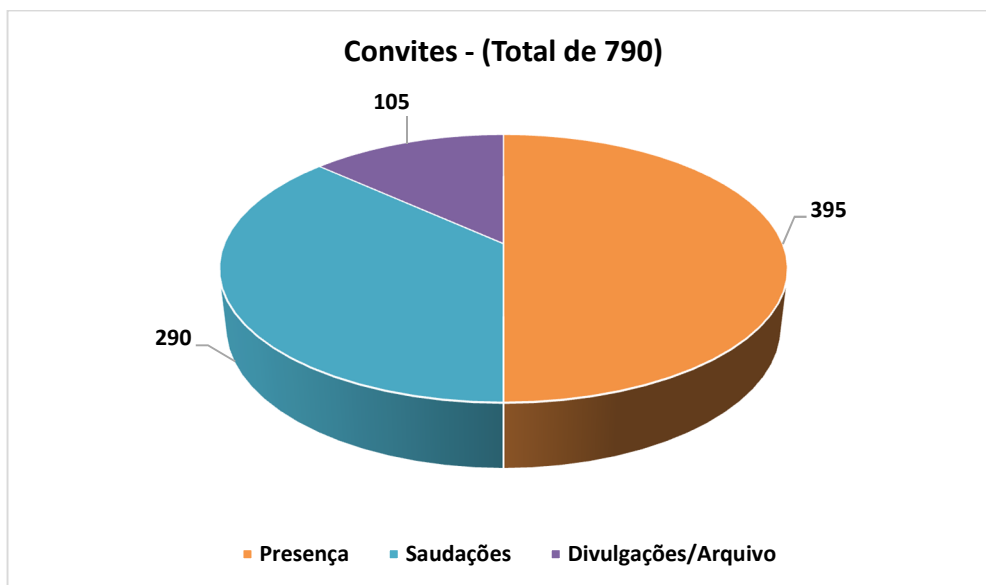
8. Comunicação, Informação, Imagem e Movimentos Sociais

Na área da Comunicação e Informação, demos continuidade à saída regular do ELO Associativo em formato digital. Elaborámos Notas Associativas de acordo com as necessidades e oportunidade dos assuntos, fossem de carácter técnico, legal ou meramente informativo. Fizemos notas à Comunicação Social em momentos especiais que não tiveram a respectiva correspondência por parte dos órgãos de comunicação social.

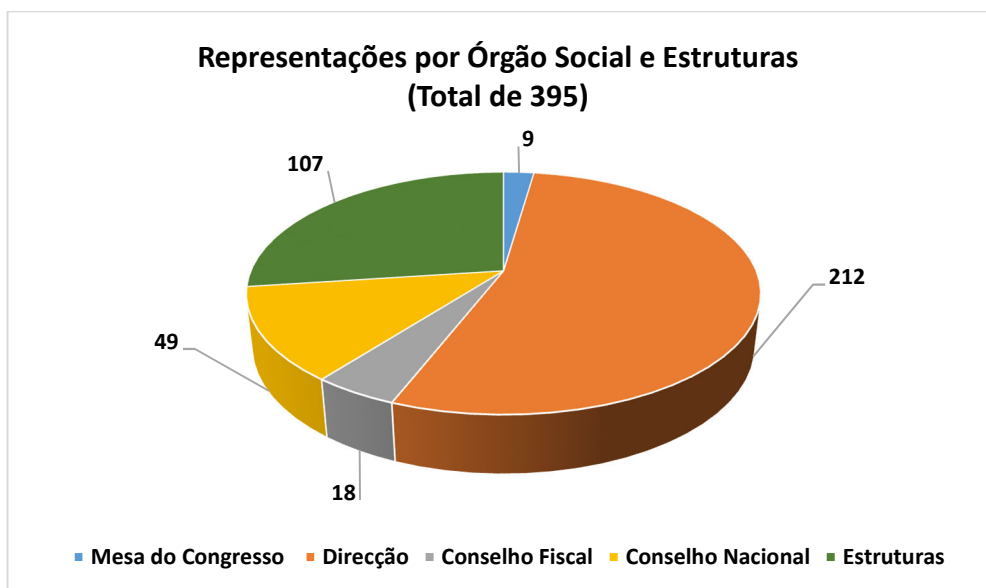
Nesta área devemos destacar a reportagem e entrevista realizada pela TV Arroios que dedicou uma emissão à nossa Confederação, ao seu papel em Lisboa e no país e a participação no Programa da TSF “À mesa com os Presidentes”, em Belém, no âmbito das eleições para a Presidência da República.

9. Representações Associativas

Uma das áreas de maior visibilidade da nossa actividade associativa são as sessões solenes das nossas filiadas onde fazemos questão de estar presente ou, quando é de todo impossível é enviada uma Saudação tipo. No ano de 2016 recebemos 790 convites, dos quais 50% foram correspondidos com a presença de dirigentes, 13,3% foram feitas divulgações solicitadas e 36,7% foram correspondidas através de envio de saudação. Todas as filiadas foram saudadas no mês do seu aniversário.



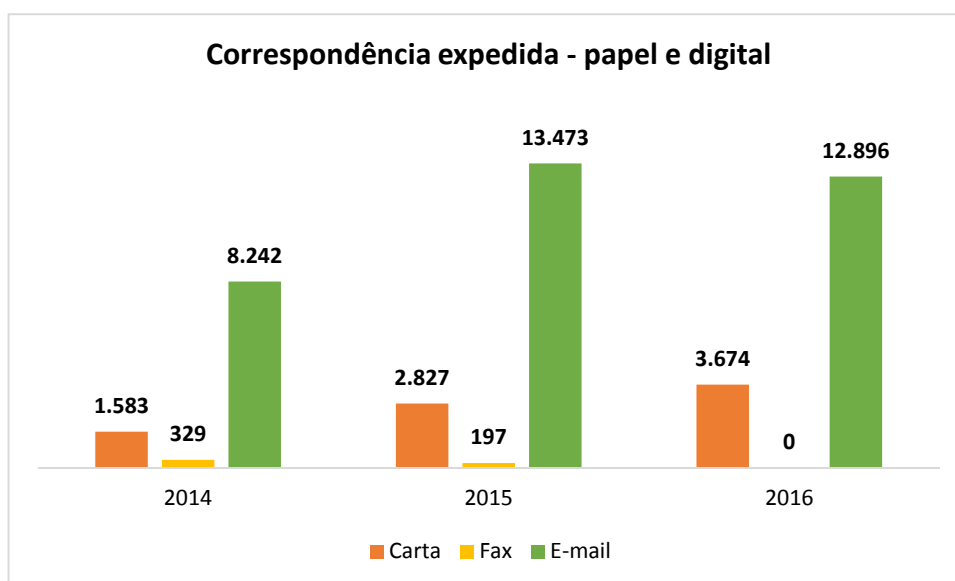
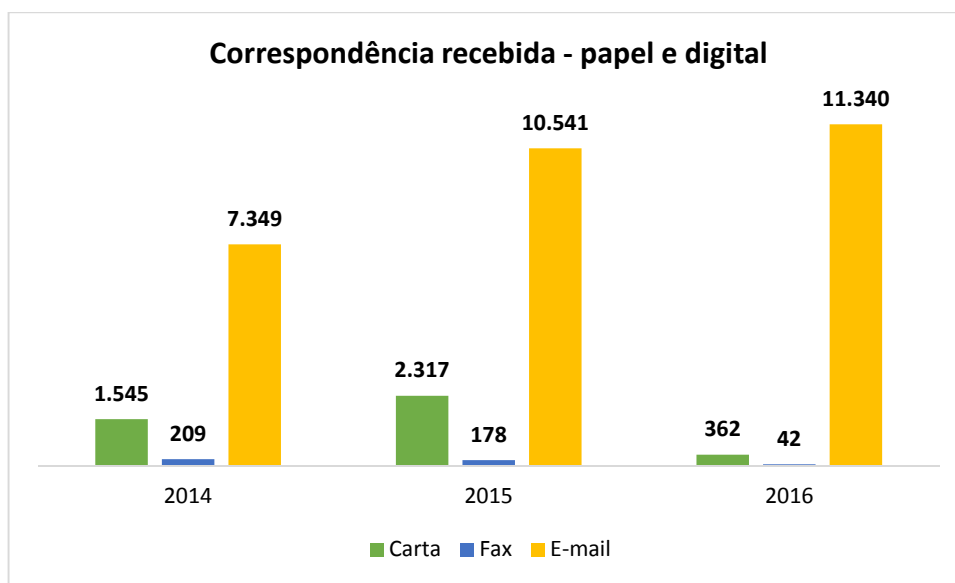
Das 395 representações efectuadas por membros dos Órgãos Sociais da Confederação e Estruturas, 53,68% Direcção; 27,08% Estruturas; 12,4% Conselho Nacional; 4,55% Conselho Fiscal e 2,29% Mesa do Congresso.



Considerando o princípio do VETV – Valor Económico do Trabalho Voluntário, podemos concluir que o número de horas despendidas em representações associativas (1580 horas), correspondem a um valor de aproximadamente 13.540 euros. Não se trata de um custo, mas tão só de um valor que deve de ser considerado no âmbito da nossa actividade associativa.

Participámos em todas as iniciativas para as quais fomos convidados pelos Movimentos Sociais que têm problemas comuns ao associativismo que representamos. A nossa participação é por demais solicitada tendo em conta a rede de contactos que possuímos e o prestígio da nossa instituição.

No que diz respeito aos serviços administrativos e consultoria, mantivemos uma acção constante tendo dado resposta a todas as questões colocadas. A tendência de redução da correspondência em papel ser substituída por formato digital mante-se. Os dados que seguem são bem demonstrativos da actividade administrativa e de consultoria da nossa Confederação.



10. Dia Nacional das Colectividades

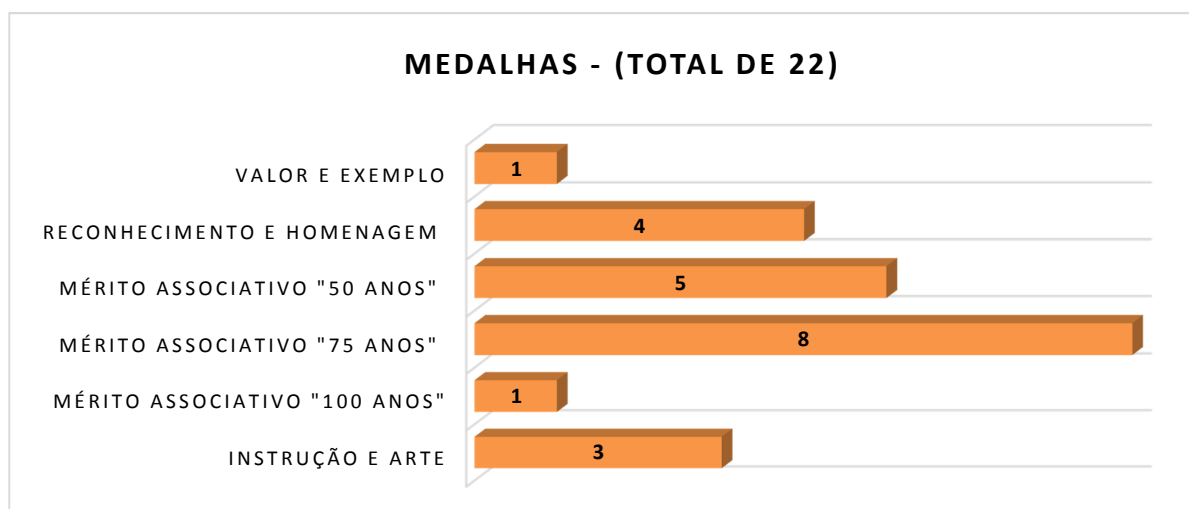
Quanto à programação do Dia Nacional das Colectividades, este ano foi muito variado e dilatado no tempo. As comemorações decorreram entre 15 de Maio e 15 de Junho como vem sendo hábito.

Destacamos a nossa presença na iniciativa da Fundação AIP na FIL- “Mostra da Economia Social” com Pavilhão próprio, intervenção no Colóquio “Governança, Gestão e Enquadramento Legal” e animação cultural a cargo das nossas filiadas; Conferência em Barcelos; Seminário no Sardoal; Convenção e Mostra de Jogos Tradicionais em Setúbal; Plenário de Colectividades em Alenquer.

A Sessão Solene do Dia Nacional das Colectividades realizou-se já em Junho no concelho de Loures onde foram distinguidos um conjunto de personalidades do associativismo, autarcas, órgãos de comunicação social e outras entidades da sociedade civil. Foi assinado um Protocolo com a Associação Conquistas de Abril e um momento cultural em cooperação com a Companhia de Teatro Profissional A Barraca, baseado no projecto “Encontros Imaginários”. Esta sessão solene resultou da co-organização da Confederação, Associação Concelhia de Loures e Câmara Municipal de Loures.

11. Galardões e distinções

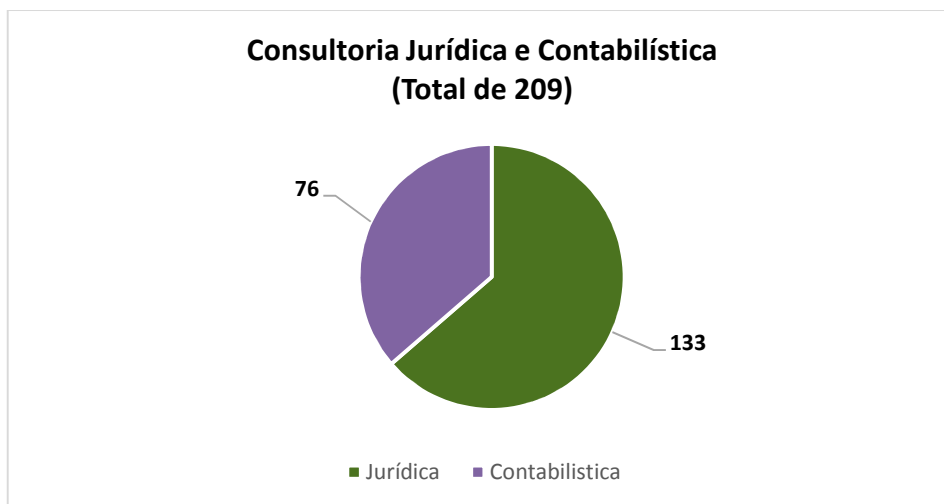
Em conformidade com o Regulamento Geral Interno, por ocasião das Comemorações do 92º Aniversário da Confederação realizadas no Palácio Marqueses da Praia e Monforte em Loures, foram entregues Galardões a pessoas individuais ou colectivas que, pela sua meritória acção associativa ou por outro relevante serviço prestado, a Direcção decidiu distinguir. Foram igualmente galardoadas as filiadas que completaram aniversários previstos no RGI.



12. Consultoria Jurídica e Contabilística

A Consultoria Jurídica e Contabilística/Fiscalidade tiveram uma actividade regular, através da publicação de Notas Associativas específicas, enviadas a todas as filiadas independentemente de se encontrarem com a sua situação regularizada.

Foram dadas respostas a casos concretos apresentados pelas nossas filiadas com a situação regularizada, representada no gráfico abaixo.



13. Valor Económico do Trabalho Voluntário (VETV)

De acordo com o ponto 8 da Recomendação do Congresso de 2015 ao Poder Associativo – “*Considerar internamente o trabalho voluntário como valor (investimento), para efeitos da valorização do tempo despendido pelos Voluntários*” - apresentamos pela primeira vez uma estimativa que pode pecar por defeito do VETV dos Dirigentes da nossa Confederação.

Estima-se que a Direcção (11 elementos), na presença na Sede, trabalho preparatório e reuniões do órgão, tenha despendido 7.416 horas.

O Conjunto dos Órgãos Sociais e Estruturas em representação da Confederação terão despendido 1.580 horas.

No seu conjunto foram despendidas 8.996 horas o que corresponde a 6 ETC (Equivalente a Tempo Completo) e um valor de 77.095 euros, o que equivale 139 SMN (Salário Mínimo Nacional).

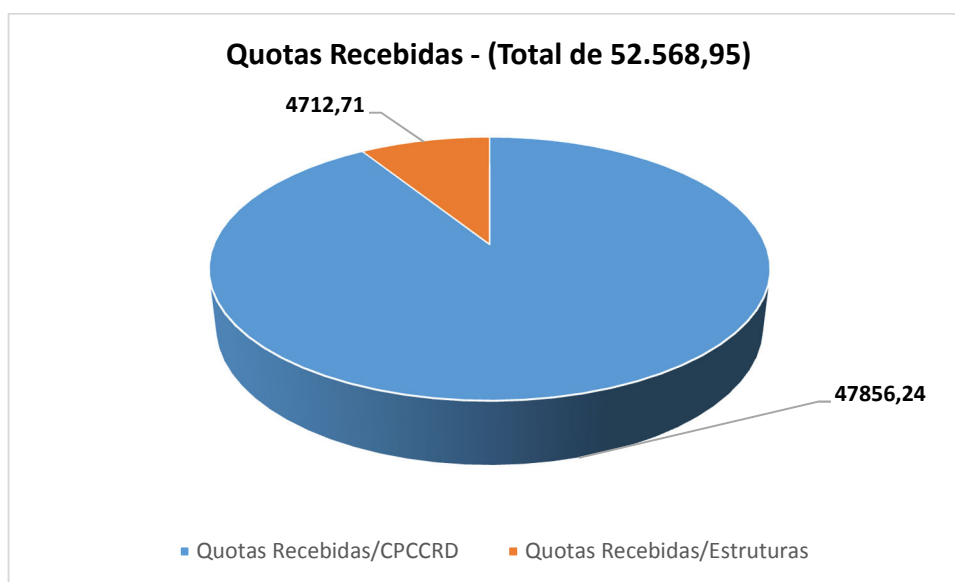
14. Sustentabilidade Financeira

O sistema de financiamento do associativismo, particularmente das filiadas, continua a ser diversificado quer quanto às fontes de receita quer quanto à estrutura de despesas. As quotas continuam a ter um valor residual, tal como as receitas provenientes de particulares, As receitas estatutárias estão a par das receitas do sector público. As receitas mais significativas ainda são as que resultam das actividades não estatutárias, ou seja, os bares de apoio às salas de associados. São estas receitas que acabam por financiar grande parte dos custos com as actividades estatutárias.

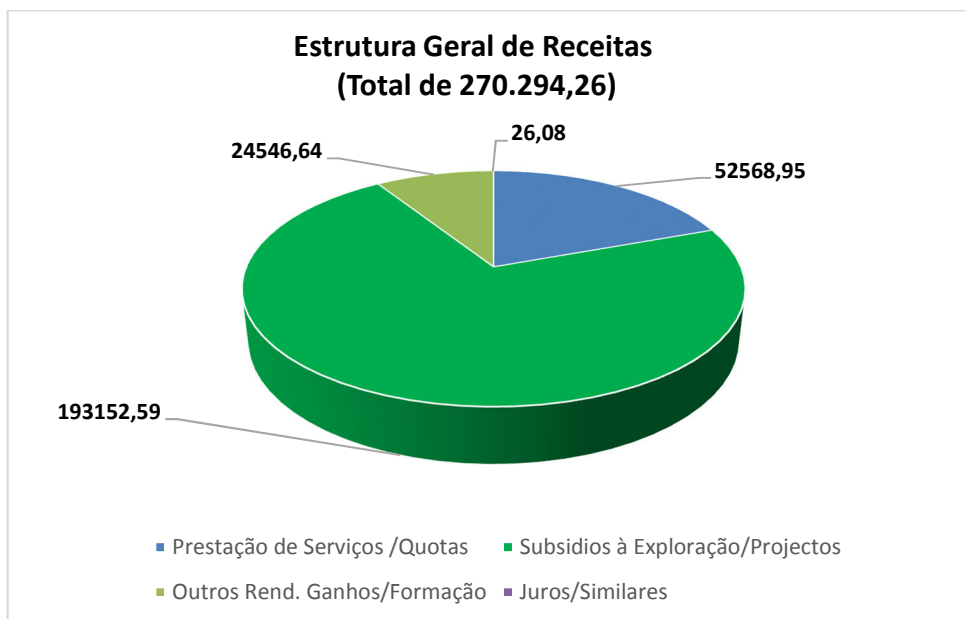
No que diz respeito à nossa Confederação, porque não temos bar de apoio, as receitas mais importantes são as Quotas, a Formação, os Projectos e Candidaturas.

Há muito que defendemos que, sendo nós uma estrutura nacional, deveríamos ser apoiados financeiramente por verbas específicas/consignadas do OE – Orçamento de Estado. Poderíamos ainda ser contemplados no apoio a projectos concretos pelos Jogos Sociais da Santa Casa.

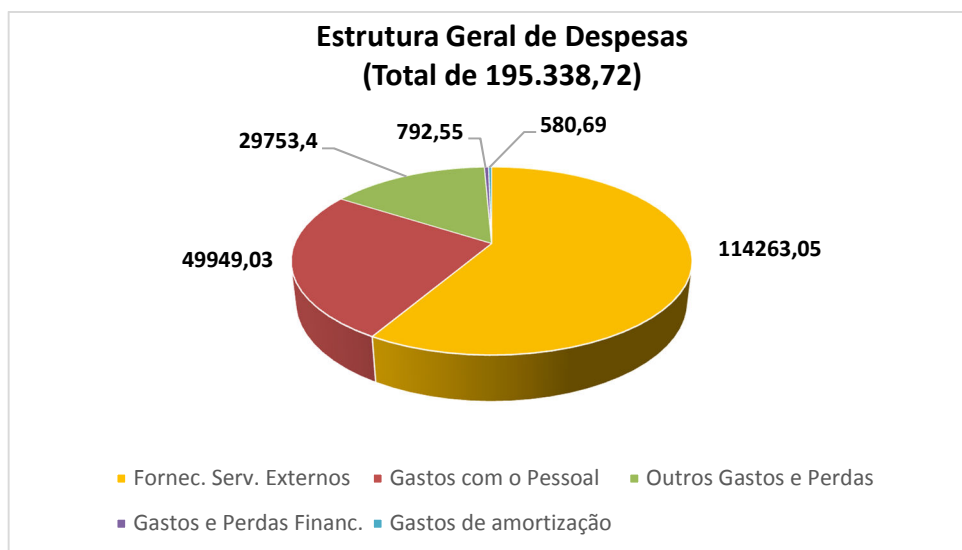
Das filiadas em 31 de Dezembro, 931 encontrava-se com as quotas em dia. Considerando que as Estruturas Descentralizadas da Confederação (Federações Distritais e Associações Concelhias), são responsáveis pelo recebimento da quotização de 88,31%, e a Confederação é responsável de quotização de 11,69%, constata-se que a Confederação recebeu 91,03% e as Estruturas receberam 8,97% como se apresenta no gráfico abaixo.



Podemos assim concluir que grande parte da nossa estrutura de receitas correntes está dependente do pagamento da Quota Mínima Nacional anual (50€) o que releva a responsabilidade das Estruturas Descentralizadas nesta matéria. A deliberação do Congresso da Confederação que entrará em funcionamento em Abril de 2017, terá forte repercussão na vida financeira e sustentabilidade da Confederação.



O gráfico acima mostra que a Estrutura Geral de Receitas assenta em 3 pilares: Projectos (71,45%); Quotas (19,44%); Formação (9,08%).



O gráfico acima mostra que a Estrutura Geral de Despesas assenta em 3 pilares: Fornecimentos e Serviços Externos (58,49%); Pessoal - Salários mais encargos (25,57%); Outros gastos e perdas (15,23%).

Na actividade regular dos Dirigentes, muitas vezes estes são levados a pagar do seu próprio bolso deslocções, portagens, parqueamentos ou refeições que não são contabilizados. Há ainda a considerar uma receita extraordinária contabilizada, resultante de donativos em dinheiro, oferta de Dirigentes: Direcção – 1.629,56 € (76,45%); Conselho Nacional 502,48 € (23,55%). No total de 2.132,04 €.

15. Relações institucionais

A Confederação prosseguiu a sua representação em várias áreas e instituições. Aliás, é cada vez mais solicitada, quer por entidades públicas, entidades privadas e mesmo da área da economia social. Estimam-se em cerca de 150 as entidades com quem a Confederação mantém relações institucionais actualmente.

Para além das representações institucionais no Conselho Nacional da Economia Social; Conselho Nacional do Desporto; Comité Olímpico de Portugal; Confederação do Desporto de Portugal; Confederação Portuguesa do Voluntariado; passámos a integrar o Conselho Estratégico da Economia Social da Fundação AIP; Conselho Municipal de Segurança de Lisboa; Conselho para o Desenvolvimento Metropolitano de Lisboa.

Reunimos com todos os partidos políticos com assento parlamentar na AR; Ministro da Cultura; Secretária e Secretário de Estado da Cultura; Presidente do Conselho Económico e Social; ANAFRE; Escola Profissional Bento Jesus Caraça; Escola Profissional Gustave Eiffel; Associação Portuguesa de Juristas Democratas; Associação dos Inquilinos Lisbonenses; Conselho Português para a Paz e Cooperação; GEO Fundos; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Fundação Montepio; CP-Comboios de Portugal; Pass Música; Fundação Portuguesa de Cardiologia; Academia Autónoma.

Participámos em inúmeras iniciativas das quais se destacam os 20 anos da Fundação Montepio; Sessões evocativas dos 40 anos da Constituição da República; Conferência sobre o Projecto Olímpico e Paralímpico 2016; Gala da Confederação do Desporto de Portugal; 2º Congresso Almada; Gala Honoris Sporting; Audição na AR sobre o regime de Arrendamento; Assembleia da MANIFesta em Gaia; XVII Encontro de Teatro de Amadores em Gaia; Congresso Nacional de Folclore; Conferência Internacional sobre os Pactos Internacionais dos Direitos Humanos; Seminário da Cidadania Activa na Fundação Gulbenkian; Colóquio Pobreza e desigualdades sociais no Porto.

Participámos em reuniões ou encontros concelhios de Colectividades em cooperação com as respectivas Câmaras Municipais: Odivelas; Proença-a-Nova; Moita; Barreiro; Gondomar; Seixal; Alenquer; Setúbal; Bombarral; São Pedro da Cova; Ourém; Vila Nova de Foz Côa; Loures; Almada e Vila Nova de Gaia.

Ainda no que respeita às relações e representações institucionais há a destacar a nossa participação na Comissão Organizadora do Congresso Nacional da Economia Social e no Grupo Trabalho para o Estatuto Fiscal do Sector da Economia Social. No primeiro estamos representados por um elemento e no segundo por dois elementos. Quanto ao Congresso estão já definidos os assuntos, as sessões, a comissão de honra e o funcionamento da sessão final. Quanto ao Estatuto Fiscal, foram já apresentadas um conjunto de propostas que visam equilibrar as relações entre o Estado e a Economia Social, particularmente o nosso sector e os restantes sectores da Economia Social.

16. Relações Associativas internacionais

No âmbito da CPLP, fomos convidados a integrar a Comissão de Cultura daquela importante instituição como consultores para a área dos Jogos Tradicionais, onde tivemos oportunidade de apresentar algumas propostas que foram bem aceites e se encontram em execução.

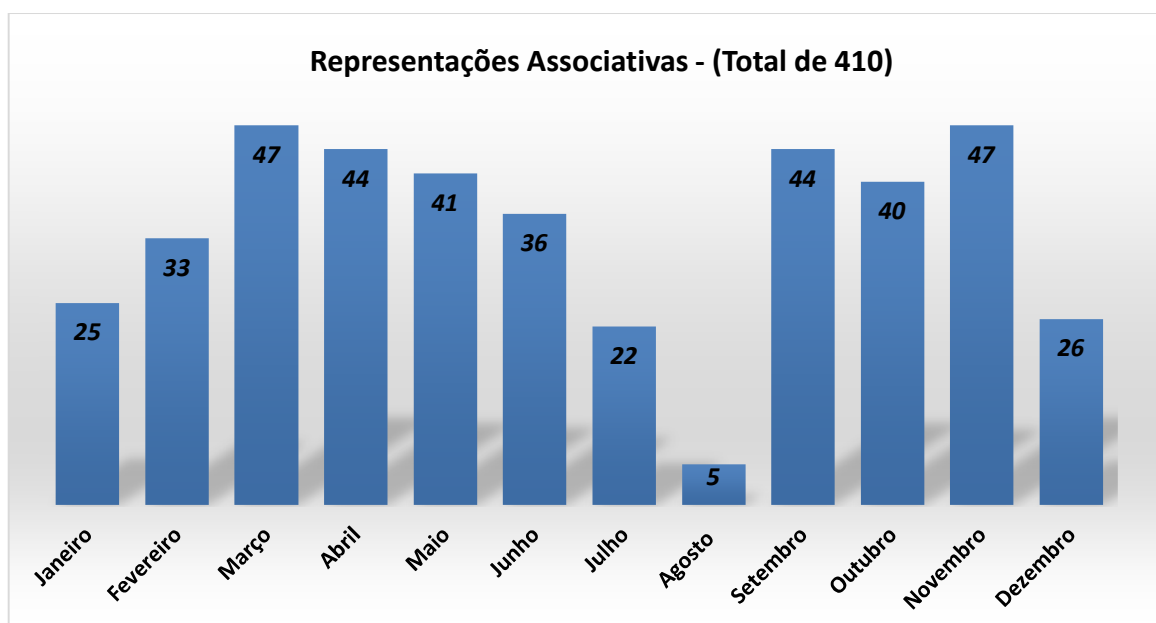
Nas relações com as comunidades emigrantes, podemos destacar as relações com a Associação Miorita da Roménia/Ucrânia com sede na Moita e representação em vários concelhos do nosso país.

Demos passos para o estudo da eventual constituição da Federação Ibérica de Associativismo Popular. Realizámos uma reunião conjunta em Elvas (Outubro 2016) com os colegas espanhóis e os membros da Direcção com a ligação aos distritos fronteiriços, onde foi acertado que em 2017 seriam desenvolvidas duas linhas de acção conjunta: recenseamento das filiadas que estejam na zona de fronteira (+- 50km) e a sensibilização para o estreitamento de relações e iniciativas associativas nos dois sentidos; previsão de uma iniciativa no âmbito das comemorações nacionais do Dia Nacional das Colectividades em local a definir perto da fronteira.

17. Distribuição da Actividade ao longo do ano

Por fim, importa dar uma ideia geral da actividade ao longo do ano distribuída por meses.

Esta discrição (410 eventos) é composta por reuniões dos Órgãos Sociais, Conferências, Seminários e outras representações junto de entidade externas. Há a acrescentar as 395 representações associativas junto das filiadas.



Nota Final

Tal como se afirma na introdução, o ano de 2016 foi marcado por vários aspectos relevantes.

O facto de se terem realizado eleições e assim ter renovado e rejuvenescido os Órgãos Sociais ao mesmo tempo que foi necessário algum período de adaptação dos novos membros; termos contribuído decisivamente para a eleição da Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais; a apresentação e funcionamento regular e interventivo do CNAP; o lançamento do Projecto de Capacitação da Confederação, seus dirigentes e trabalhadores; a estabilização da situação financeira não obstante as limitações internas e externas.

No plano institucional foram dados passos importantes e aumentou a visibilidade e reconhecimento da nossa Confederação quer no âmbito do CND, CNES, COP, CDP CPV mas também de inúmeras entidades como o CPPC, Plataforma da Cultura, Defesa da Água Pública, Lei do Arrendamento, Movimento Erradicar a Pobreza entre muitos outros. Para tal contribui decisivamente o empenho da Direcção mas também dos restantes órgãos e de algumas Estruturas Descentralizadas.

Por outro lado, não menos importante, há que destacar o papel fundamental das trabalhadoras efectivas da Confederação, dos avançados especializados e ainda do contributo episódico dos estagiários e estagiárias. A todos devemos o nosso reconhecimento.

Como sempre se tem afirmado, a Confederação são todas as filiadas, estruturas descentralizadas e estrutura central nacional. Só esta concepção e a acção colectiva poderão levar a bom termo os grandes desafios e objectivos do nosso associativismo.

Aprovado em Reunião da Direcção de 13 de Março de 2017